



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

Código TCE: 00D22EE82AC81206970CE7021192F45E376B8C9D

DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº. 004/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS Nº. 001/2023

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com sede administrativa na Rua Zanella, 818, centro, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **Clori Peroza**, através da Comissão Permanente de Licitações, **TORNA PÚBLICO**, que realizará **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 004/2023, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS nº 001/2023**, do tipo Menor Preço por Lote, nas condições fixadas nesta justificativa:

1. DO OBJETO

Dispensa de Licitação para **contratação de empresa para disponibilização de Sistema Informatizado de Gestão de Saúde, para gerenciamento do setor de TRANSPORTES (Controle de Viagens de Veículos e Tratamento Fora de Domicílio - TFD) incluindo serviços de Licença Mensal de Uso.**

2. DA JUSTIFICATIVA

Justifica-se a utilização de dispensa de licitação, em prejuízo da elaboração de procedimento licitatório, visto que se trata de valor baixo, compra única e a despesa estar enquadrada nos parâmetros permitidos pelo inciso II do art. 24 da lei 8.666/93.

Percebe-se ainda a necessidade de contratação do serviço, sendo de suma importância os serviços de tecnologia da informação para a gestão descentralizada do SUS, bem como para garantir maior agilidade e qualidade do atendimento aos usuários do sistema de saúde. Além disso, em sua solicitação, a secretária de saúde ressalta que no processo de implementação e consolidação do SUS faz-se necessário monitorar e avaliar as ações, a produção dos serviços realizados pelas Unidades de Saúde, considerando que é necessário à prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar a população local, em conformidade com as diretrizes do SUS de maneira eficiente e eficaz, sendo que nem sempre tais serviços possam ser prestados diretamente pelo município; sendo que há uma necessidade de fomentar e fortalecer as informações em saúde existentes nos município, visando estabelecer uma rede de assistência organizada melhorando a operacionalização das atividades de saúde pública, especialmente no setor de Transporte (Controle de Viagens de Veículos e Tratamento Fora de Domicílio).

Ainda, pondera que as informações organizadas e sistematizadas são instrumentos apoiadores ao gestor, no sentido de fundamentar/aprimorar as decisões que constituem o processo de trabalho, bem como constituem uma ferramenta acessível e relevante para o monitoramento contínuo desse segmento expressivo do sistema local de saúde. Tudo isso, aliado a necessidade da melhoria de execução de atividades e gerenciamento de informações da área da Saúde do nosso Município através



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU**

de economia de recursos públicos e a redução de retrabalho, contribuindo para o aumento da produtividade dos servidores envolvidos para consolidar relatórios de dados possibilitando um melhor planejamento das ações; desenvolvendo a prática da análise, avaliando o custo-benefício; agilizando o acesso às informações pelos órgãos de controle e pela sociedade em geral.

Diante da verificação da necessidade e justificativa de contratação do objeto, analisa-se a formalidade e legalidade da contratação através da dispensa de licitação, que está amparada, primeiramente no baixo valor de contratação, aliado a necessidade premente da Administração.

Não obstante, a própria Constituição Federal, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva que a lei ordinária poderá fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar, que é o que se observa no dispositivo do artigo 24 da Lei 8.666/93, que tratam, respectivamente, de dispensa e inexigibilidade de licitação, vejamos o que diz o inciso XXI do art. 37 da CF acima citado:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A contratação da empresa por dispensa de licitação vem atender o interesse público conforme disposto no art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/1993.

Ainda, inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 24, II da Lei 8.666/93, também necessário a análise em questão dos incisos II e III, do parágrafo único, do art. 26 da Lei 8.666/93, assim sendo a razão de escolha *do fornecedor ou executante e Justificativa de preço*, o que justifica a contratação direta.

Dessa feita e diante do exposto, ponderando pela prova de regularidade fiscal como requisito básico para contratar com o Poder Público, bem como a completa desnecessidade de mover procedimento licitatório que comportaria ainda em maior ônus a Administração.

3. FUNDAMENTO LEGAL: tendo por base o Inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

4. DA RAZÃO DA ESCOLHA

A empresa contratada foi selecionada através de pesquisa de mercado, realizada com empresas fornecedoras do produto na região, considerada adequada por atender ao menor valor, por se tratar de produto a ser retirado na sede da contratada, a qual cumpriu com todos os requisitos habilitatórios exigidos, dadas às condições apresentadas, a empresa **CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.792.912/0001-79**, é a selecionada para o fornecimento dos produtos, objeto desta dispensa de licitação.

A pesquisa de mercado foi realizada entre as empresas: **CERTA SISTEMAS**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU**

INFORMATIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.792.912/0001-79, que ofertou uma proposta com valor mensal de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais) totalizando R\$ 5.160,00 (cinco mil cento e sessenta reais); a Empresa **CRESCER SISTEMAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 07.368.790/0001-01 no valor mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais), totalizando R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) e a empresa **IGE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 03.663.558/0001-45, apresentou proposta no valor mensal de R\$ R\$ 500,00 (quinhentos reais), totalizando R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Diante disso, verificada que a empresa **CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA**, apresentou proposta mais vantajosa, resta a verificação da regularidade fiscal, que ficou comprovada, podendo a Administração contrata-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

5. DA CONTRATADA

CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.792.912/0001-79, com sede na R PREFEITO ZENO GERMANO ETGES, 154, Bairro Progresso, no Município de São Lourenço do Oeste/SC.

6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O Município pagará à Contratada o valor total de **R\$ 5.160,00 (cinco mil cento e sessenta reais)**. O valor será pago em 12 parcelas mensais após o início da prestação dos serviços.

7. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros para fazerem frente ao contrato em questão, serão a cargo do Orçamento de 2023, sendo que serão utilizados recursos ordinários, observados os preceitos legais e promovido o correto empenhamento e liquidação de despesas pelo Setor de Compras e Setor Contábil do Município.

Desp. 06 - Elemento 3.3.90.39.11.00.00.00.

8. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A execução do objeto ora contratado deverá iniciar em até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, junto ao Centro de Saúde – Secretaria Municipal de Saúde, na Rua Machado, 416, centro, cidade de Ipuacu/SC.

A contratada deve prestar suporte permanente quanto a operacionalização do sistema, podendo ser realizado remotamente, de acordo com a situação.

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Administração Municipal, de maneira a atender as suas necessidades;

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do Artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU

9. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município ficará obrigado a:

- a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos materiais objeto do presente edital.
- b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

A formalização da contratação do serviço, objeto desta dispensa de licitação, fica vinculada a contrato administrativo regido pelo art. 57 da Lei 8.666/93, e posterior emissão de Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho.

11. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições no contrato, por parte da Contratada assegurará ao Município o direito de rescindi-lo, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto neste contrato.

O contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no Art. 78, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

- Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega licitado;
- b) A entrega fora das especificações constantes no objeto deste edital;
- c) A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, assim como as de seus superiores;
- e) O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- f) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) A dissolução da empresa;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) As razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere este certame.
- j) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU**

- Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no contrato desde que haja conveniência para a Administração;
- Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

12. PENALIDADES

À empresa vencedora deste certame, que não cumprirem com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor total do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Ipuacu/SC, 30 de janeiro de 2023.

Mariana Pires
Presidente da Comissão
Permanente De Licitações

Juliane Carlesso
Membro da Comissão
Permanente de Licitações

Ana Claudia Barizon F. da Luz
Membro da Comissão Permanente
de Licitações